RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Livramento Holding S.A.

2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Titulares	Suplentes
Gilberto Odilon Eggers	Altair Coutinho de Azevedo Junior
Diana Vermöhlen	Ana Carolina de Menezes Gröhs
Rafael Pesce	Rodrigo Nelson Brum Selles
Pedro Duarte Guimarães	

CONSELHO FISCAL

Titulares	Suplentes
Janildo Jovino da Silveira	Andre Maschietto Boff
Bruna Moraes Bastos de Andrade Matos	

DIRETORIA EXECUTIVA

Fraklin Lago
Diretor Técnico

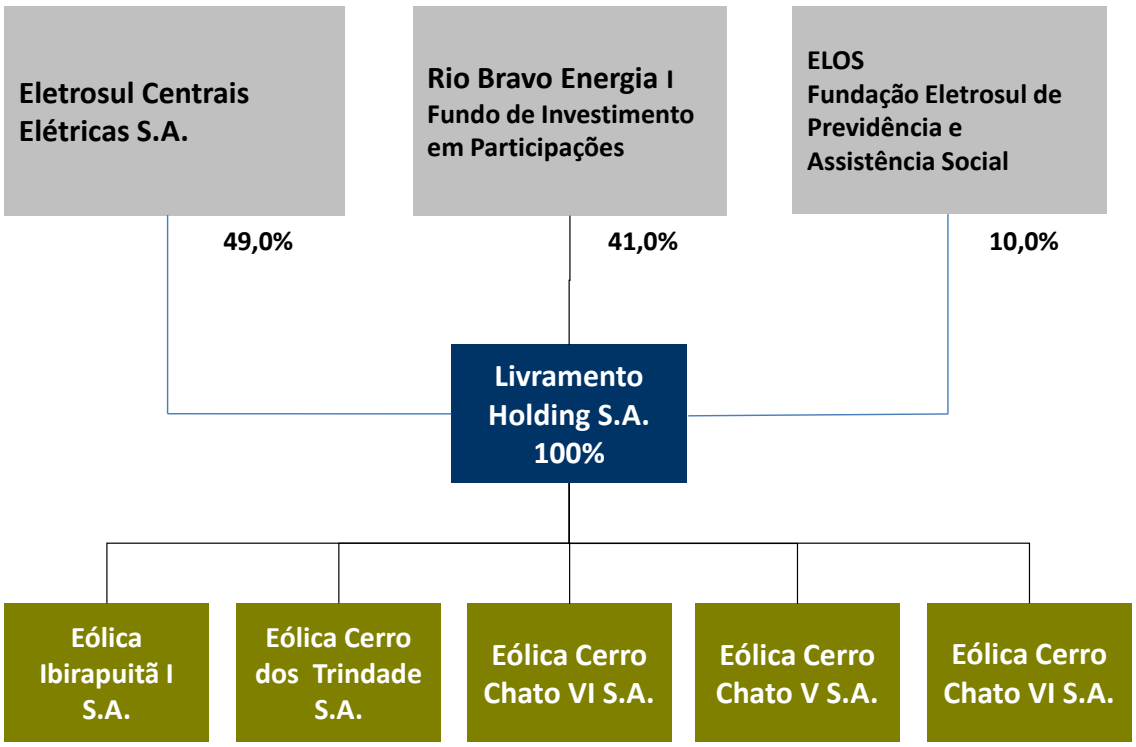
Marcelo Fabiano da Silva
Diretor Financeiro

Eólicas do Sul

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi marcado por muitos desafios para a Eólicas do Sul – EOS. A reestruturação da Companhia está em curso acelerado, com renegociações de dívidas com os principais fornecedores, reescalonamento dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES, mudanças na gestão do FIP Rio Bravo Energia I, mudanças na diretoria da EOS, dentre outras medidas importantes de redução de custos e readequação da estrutura da empresa.

2 ESTRUTURA SOCIETÁRIA



3 PRINCIPAIS AÇÕES DE 2016

Em 16 de março de 2016, o Banco Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

Em setembro de 2016, houve mudança na diretoria da Eólicas do Sul - EOS com a nomeação do novo Diretor Financeiro, Marcelo Fabiano da Silva, indicado pela Brasil Plural.

No ano de 2016 foram colocadas em prática diversas ações da atual administração visando equacionar os passivos e melhorar a estrutura de capital da Companhia. Destaque-se nas Demonstrações Financeiras a constituição de *impairment* no montante de R$33 milhões, calculado com base no fluxo de caixa futuro da Ibirapuitã e a reclassificação para o passivo não circulante das Ações Preferenciais Resgatáveis, no montante de R$109 milhões. Também foi concluída a renegociação da dívida de R$ 19,8 milhões com o fornecedor WEG, da qual foi paga em fev/17 entrada de R$2,5 milhões e o saldo remanescente será pago em 10 parcelas corrigidas a 110% do CDI. Outro ponto de importante destaque, foi pagamento integral em dez/16 do financiamento com o BNDES, pertencente as SPEs de Livramento, sinistradas em 2014, sendo esse um importante passo para a resolução da possível rescisão dos CCEARs.

O prejuízo de R$57 milhões, registrado no exercício de 2016, se deu principalmente em função do complemento do impairment, mencionado no parágrafo anterior, e da má performance dos ventos, que acarretou em uma redução da Receita Operacional, de acordo com as penalidades

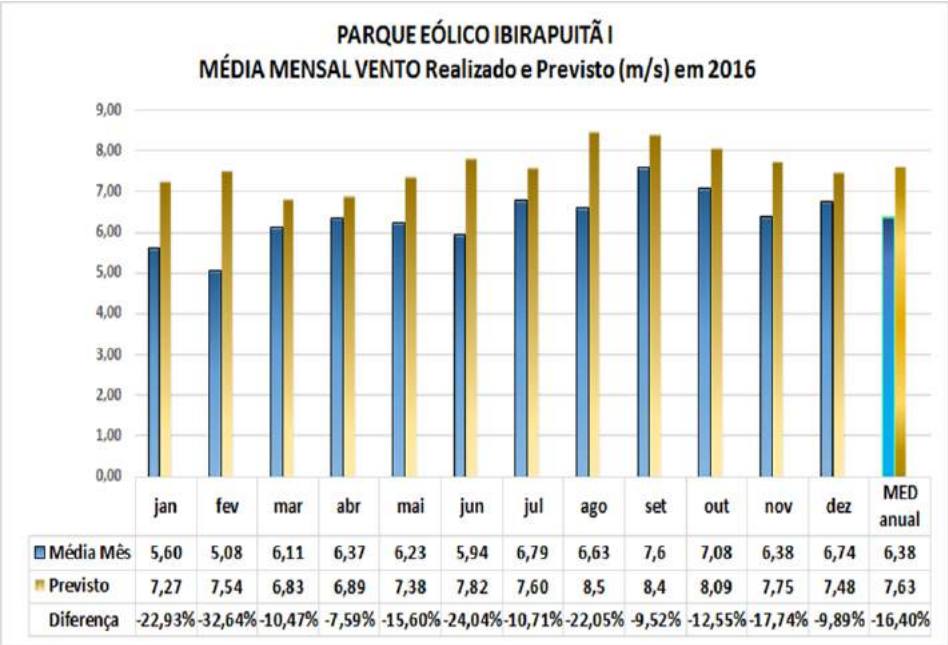
Eólicas do Sul

previstas nos CCEARs firmados com as Distribuídoras.

Com relação ao endividamento com o BNDES de Ibirapuitã, foi iniciada uma renegociação junto ao Banco, onde estão sendo pleiteadas: i) a solicitação de um *stand still* para a amortização de principal pelo período de 12 meses; ii) a rescisão do CCEAR com a Distribuidora Amazonas, devido a inadimplência; iii) a redução do ICSD de 1,3 para 1,2; e iv) o *waiver* para a não utilização do subcrédito para investimentos sociais na região dos Parques Eólicos, dentre outas medidas de menor impacto. Os pleitos já estão sob análise da área de crédito do BNDES.

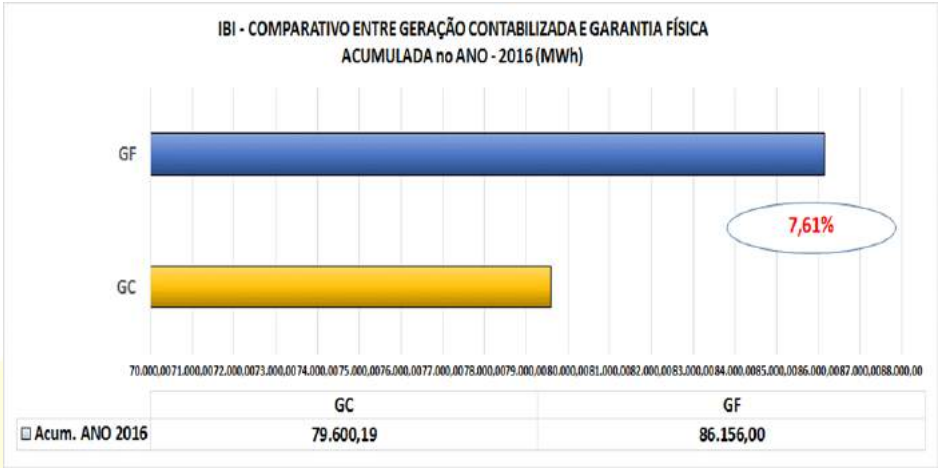
4 OPERAÇÃO

A despeito dos ventos no ano de 2016 terem ficado 16,4% abaixo da média histórica, a geração de energia ficou 7,61% abaixo da energia vendida, isso em função do potencial das máquinas WEG serem de 2,1 MW, aproveitando melhor os ventos mesmo com a incidência sendo fraca, como podemos verificar no gráfico a seguir:



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	MED anual
Média Mês	5,60	5,08	6,11	6,37	6,23	5,94	6,79	6,63	7,6	7,08	6,38	6,74	6,38
Previsto	7,27	7,54	6,83	6,89	7,38	7,82	7,60	8,5	8,4	8,09	7,75	7,48	7,63
Diferença	-22,93%	-32,64%	-10,47%	-7,59%	-15,60%	-24,04%	-10,71%	-22,05%	-9,52%	-12,55%	-17,74%	-9,89%	-16,40%

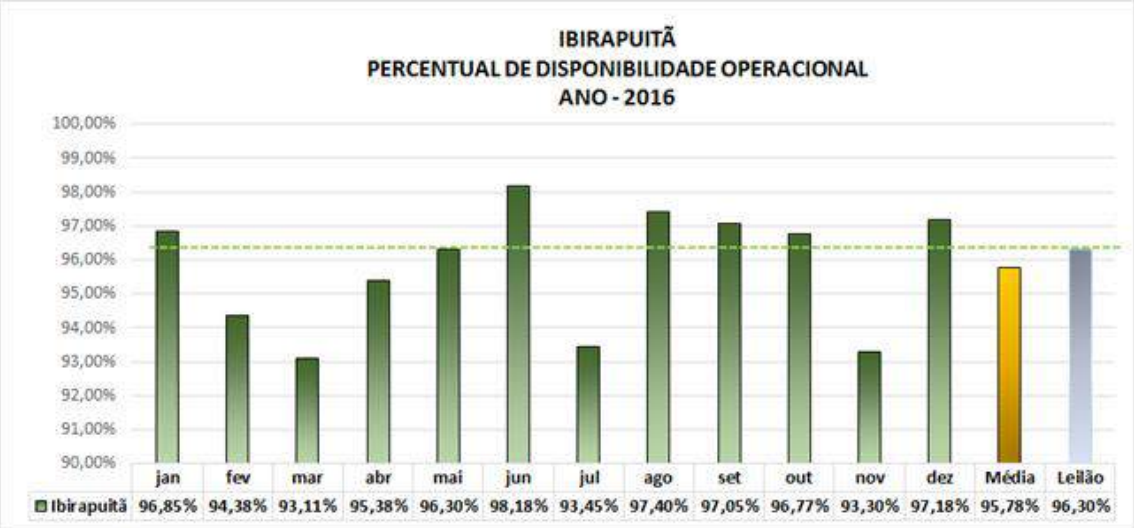
A geração contabilizada em 2016 registrou 79.600,19 MWh enquanto a GF está em 86.156,00 MWh, onde evidencia-se a velocidade do vento abaixo da curva histórica como fator principal do déficit, conforme gráficos abaixo:



	GC	GF
Acum. ANO 2016	79.600,19	86.156,00

Eólicas do Sul

A disponibilidade dos aerogeradores se mantiveram em nível aceitável, conforme gráfico abaixo, demonstrando que o O&M dos Parques está sendo efetuada de maneira adequada, sendo o vento o principal fator pela má performance na geração contabilizada:



5 PERSPECTIVAS PARA 2017

O reescalonamento do financiamento junto ao BNDES deverá seguir para a área de crédito do Banco e a expectativa é que seja aprovado ainda no 1º semestre de 2017. Isso trará um folego extra para a Companhia fazer frente as obrigações com fornecedores, sem que seja necessário aportes adicionais dos acionistas.

A Companhia também busca alteranitvas para melhorar os PPAs atuais em linha com as oportunidades de mercado.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

KPDS 178303

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações de resultados **7**

Demonstrações de resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos acionistas da
Livramento Holding S.A.
Florianópolis - SC

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Livramento Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Livramento Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia e suas controladas incorreram no prejuízo de R$ 41.080 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da companhia e suas controladas excedeu o ativo circulante em R$ 74.656 mil e o patrimônio líquido estava negativo em R$ 347.404 mil. Esses eventos e condições, juntamente com o fato que a Companhia está em processo de renegociação de suas dívidas junto a fornecedores e instituições financeiras, conforme descrito na mesma nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

  Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Livramento Holding S.A.

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Caixa e equivalentes de caixa	5	75	55	748	2.389
Contas a receber	6	-	-	1.895	1.724
Impostos a recuperar		-	-	4.643	5.572
Seguros a receber	7	-	-	-	38.983
Despesas pagas antecipadamente		9	-	126	525
Outras contas a receber		-	192	29	568
Total do ativo circulante		84	247	7.441	49.761
Impostos a recuperar		74	73	74	518
Depósitos judiciais		-	-	18	-
Fundos vinculados	8	-	-	2.156	1.903
Outras contas a receber	9	-	279	-	279
Tributos diferidos		-	-	-	18
Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	9	2.975	1.535	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.c	46.217	167.968	-	-
Investimento em controladas	10.b	50.017	-	-	-
Imobilizado	11	126	229	153.635	196.430
Total do ativo não circulante		99.409	170.084	155.883	199.148
Total do ativo		99.493	170.331	163.324	248.909

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	3.522	112.964
Contas a pagar de fornecedores	13	181	104	14.845	914
Obrigações fiscais		-	3	3	12
Obrigações trabalhistas		15	10	15	10
Ações preferenciais resgatáveis	14	-	109.000	-	109.000
Provisões passivas	16	-	-	911	15.511
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	15	-	-	53.011	43.340
Multa e lastro regulatório - CCEE		-	-	9.239	10.281
Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	9	222	-	222	-
Adiantamento de clientes		-	-	8	-
Outras contas a pagar		101	101	321	101
Total do passivo circulante		519	109.218	82.097	292.133
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	41.413	44.099
Contas a pagar de fornecedores	13	-	-	5.118	-
Provisão para perdas sobre investimento	10	88.324	193.577	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	249.054	173.860	249.054	173.860
Ações preferenciais resgatáveis	14	109.000	-	109.000	-
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	15	-	-	24.046	34.626
Provisão de custos de atraso no início da operação		-	-	-	10.515
Total do passivo não circulante		446.378	367.437	428.631	263.100
Patrimônio líquido negativo	17				
Capital social		131.959	131.959	131.959	131.959
Prejuízo acumulado		(479.363)	(438.283)	(479.363)	(438.283)
Total do patrimônio líquido negativo		(347.404)	(306.324)	(347.404)	(306.324)
Total do passivo e do patrimônio líquido		99.493	170.331	163.324	248.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	18	-	-	9.738	9.739
Custo de operação	19	-	(498)	(9.023)	(21.533)
Resultado bruto		-	(498)	715	(11.794)
Despesas operacionais					
Pessoal e administradores		-	-	(869)	(175)
Material		(2)	(3)	(3)	(4)
Serviços de terceiros	20	-	(15)	(1.062)	(446)
Arrendamentos e aluguéis		-	-	(55)	(14)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(40.820)	(128.979)	-	-
Provisão para perda	11	-	(161)	-	(161)
Depreciação	11	(23)	(24)	(23)	(24)
Impairment		-	-	(33.119)	64.069
Outras receitas/despesas operacionais	21	(170)	-	(196)	(6)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros		(41.015)	(129.680)	(34.612)	51.445
Receitas financeiras		1	13	251	359
Despesas financeiras		(66)	-	(12.785)	(17.924)
	22	(65)	13	(12.534)	(17.565)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(41.080)	(129.667)	(47.146)	33.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(18)	(1.754)
Resultado líquido das operações continuadas		(41.080)	(129.667)	(47.164)	32.126
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	27	-	-	6.084	(161.793)
Resultado do exercício		(41.080)	(129.667)	(41.080)	(129.667)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

-

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Resultado do exercício	(41.080)	(129.667)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(41.080)	(129.667)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	131.959	(308.616)	(176.657)
Resultado do exercício	-	(129.667)	(129.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	131.959	(438.283)	(306.324)
Resultado do exercício	-	(41.080)	(41.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	131.959	(479.363)	(347.404)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31.12.2016**	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Fluxo de caixa proveniente das operações					
Resultado do exercício		(41.080)	(129.667)	(41.080)	(129.667)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Custo de captação do empréstimo		-	-	1.217	90
Depreciação	11	23	24	8.005	3.728
Encargos s/ empréstimo	12	-	-	9.562	10.649
Provisão para perda	11	-	161	-	6.569
Receita diferida - Contrato CCEAR		-	-	(10)	-
Impairment	11	-	-	33.119	(71.507)
Perdas s/ desativações		-	-	-	104.376
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado		-	-	(11.632)	-
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	15	-	-	(1.354)	47.411
Seguro a receber	7	-	-	-	(3.663)
Impostos diferidos		-	-	18	1.754
Resultado de equivalência patrimonial	10	40.820	128.979	-	-
		(237)	(503)	(2.155)	(30.260)
Redução (aumento) nos ativos:					
Impostos a recuperar		(1)	(8)	1.373	3.060
Contas a receber		-	-	(161)	(530)
Despesas pagas antecipadamente		-	-	399	(525)
Depósitos judiciais		-	-	(18)	
Outras contas a receber		183	(65)	539	530
		182	(73)	2.132	2.535
Aumento (redução) nos passivos:					
Multa e lastro regulatório - CCEE		-	-	520	10.281
Contas a pagar a fornecedores		77	(43)	4.449	(6.691)
Obrigações fiscais		(3)	(4)	(9)	(351)
Obrigações trabalhistas		5	(135)	5	(135)
Outras contas a pagar		-	-	220	-
Adiantamento a cliente		-	-	8	-
Provisões passivas		-	-	-	14.582
		79	(182)	5.193	17.686
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais		24	(758)	5.170	(10.039)
Recebimento de seguro		-	-	38.983	-
Juros pagos	12	-	-	(5.054)	(8.058)
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais		24	(758)	39.099	(18.097)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) em controladas		(27.923)	(98.710)	-	-
Devolução de AFAC	10.c	1.363	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado	11	(1)	(168)	(1.617)	(81.829)
Baixas do ativo imobilizado	11	81	-	3.288	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento		(26.480)	(98.878)	1.671	(81.829)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Pagamento empréstimos - Principal	12	-	-	(31.090)	(6.744)
Amortização da dívida através do saldo a receber de seguro		-	-	(38.983)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		27.414	100.360	27.414	100.360
Operações com partes relacionadas		(938)	(1.090)	501	167
Fundos vinculados		-	-	(253)	3.318
Custos de captação de empréstimos	12	-	-	-	(273)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento		26.476	99.270	(42.411)	96.828
Aumento ou redução no caixa e equivalentes		20	(366)	(1.641)	(3.098)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		55	421	2.389	5.487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		75	55	748	2.389

Os efeitos não caixa estão demonstrados na Nota Explicativa n° 25.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Livramento Holding S.A. ("Companhia") foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Rio Bravo Energia I Fundo de Investimentos em Participações, atualmente denominada como Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando, assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: a EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento tem 78 MW[1] médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia a partir do ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) foram constituídas pelos sócios para estabelecerem-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica (PIEE), mediante a implantação e a exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, as controladas diretas são:

	Percentual de participação %
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Sinistro ocorrido no parque eólico

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de quatro das cinco centrais geradoras eólicas estão inoperantes, exceto a Eólica Ibirapuitã (em operação comercial), em virtude da paralização das atividades de O&M pela WPE (Impsa) e do sinistro ocorrido no dia 20 de dezembro de 2014, em que foi registrada a queda de oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

As estruturas sofreram queda pelo forte impacto de rajadas de ventos derivadas de um fenômeno meteorológico raro chamado de microexplosão.

A Companhia comunicou o acidente à ANEEL e a seus clientes, uma vez que o evento também se caracteriza como evento de caso fortuito ou força maior, e solicitou a suspensão dos contratos de venda de energia. A mesma se manifestou através do despacho nº 967, de 19 de abril de 2016. Atualmente, o processo ajuizado pela Companhia está em trâmite, aguardando julgamento.

Adicionalmente, a Companhia acionou o seu seguro operacional, como cobertura de danos materiais e lucros cessantes para indenização das perdas incorridas pela ocorrência do sinistro. O processo de regulação do sinistro foi finalizado e as seguradas firmaram acordo com a seguradora sobre o valor e o prazo para pagamento da indenização. (Vide Nota Explicativa n° 28b)

Falência da Wind Power Energia -WPE, empresa fornecedora dos aerogeradores

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando foram feitos os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às despesas operacionais com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

Em 5 de dezembro 2014, depois de passar todo o ano lidando com diversos pedidos de falência, a WPE apresentou perante a 4ª Vara Civil da Comarca de Cabo de Santo Agostinho um pedido de Recuperação Judicial.

Logo após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial, a WPE demitiu mais de 400 funcionários da sua fábrica de aerogeradores em Recife e interrompeu completamente suas operações, inclusive a prestação de serviços de O&M.

Em 20 de dezembro de 2014, as Eólicas foram atingidas por fortes rajadas de ventos, provocadas por um evento climático raro chamado microexplosão, que derrubaram oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

Em face do acidente e do abandono, pela WPE, das atividades de O&M, as Eólicas contrataram empresas independentes para elaboração de um diagnóstico sobre as condições de operação dos aerogeradores, tendo sido surpreendidas com a conclusão de que não seria possível que um terceiro retomasse, imediatamente, a operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, e garantisse a produção de energia.

Assim, conforme previsto nos contratos de venda de energia, as empresas protocolaram na ANEEL um pedido de suspensão dos contratos, devido ao abandono do O&M das Centrais Geradoras Eólicas pela WPE e ao acidente ocorrido, o que se caracteriza como caso fortuito ou força maior. A ANEEL ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido.

As atividades de implantação da Central Geradora Eólica Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., encerraram-se em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016, a central eólica encontra-se em operação comercial.

Continuidade operacional

Atualmente as atividades da Companhia e suas controladas estão passando por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração vem tomando medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Algumas medidas para amenizar a insuficiência de capital de giro, foram tomadas pela Administração, como renegociação do debito junto ao fornecedor WEG e solicitação de "*stand still"* de principal para os próximos 12 meses junto ao financiamento do BNDES. O referido pedido está em processo de aprovação pelo BNDES. Adicionalmente, para cobrir os gastos de curto prazo, a Companhia recebe o apoio financeiro dos acionistas por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, quando necessário.

Ainda, a Administração determinou a contratação de assessoria jurídica para efetuar as seguintes ações para os parques eólicos de Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindades, como segue:

- Rescisão dos contratos de CCEAR, em virtude de ocorrência de caso fortuito ou força maior.
- Pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em virtude da falência da Wind Power Energia S.A. (Impsa) e do acidente climático.
- Verificar a possibilidade de manutenção da outorga com afastamento das penalidades que possam ser aplicadas com a rescisão dos contratos de CCEAR.
- Quitação do saldo de empréstimos que esses parques possuíam.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia aguarda decisão judicial sobre o excludente de responsabilidade para decidir sobre o destino dos parques que estão paralisados. Adicionalmente, a Administração entende que o direito de exploração (autorização) desses parques pode ser comercializado e busca investidores no mercado para uma potencial venda dos parques que estão desativados.

Como resultado, o Grupo está apresentando essas operações como descontinuadas (Vide Nota Explicativa nº 26).

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou as controladas da Companhia a estabelecerem-se como PIEE, mediante a implantação e a exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias demonstradas a seguir:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "Caixa e equivalentes de caixa".

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d. Investimentos
Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na opção tributária de cada empresa do Grupo (lucro presumido ou lucro real).

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% de presunção para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, tampouco planeja adotar essas normas de forma antecipada.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o Grupo não espera nenhum impacto significativo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Contas-correntes bancárias	75	2	748	1.855
Aplicação Invest Plus	-	53	-	534
	75	55	748	2.389

As aplicações financeiras referem-se à modalidade de depósitos a prazo, com lastro em debêntures, que oferece o serviço de aplicação automática de recursos disponíveis em conta-corrente e sua remuneração é calculada por um percentual mínimo do CDI.

As aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia. São prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valores.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Concessionárias e permissionárias	569	25
Energia elétrica de curto prazo	23	576
Provisão de venda de energia	1.303	1.123
	1.895	1.724

O saldo do Contas a receber refere-se à venda de energia referente ao Leilão A-3, conforme contratos firmados com a CCEE no ACR.

7 Seguros a receber

Com o sinistro ocorrido no final de 2014, a seguradora indenizou os montantes referente aos lucros cessantes do exercício de dezembro de 2014 a dezembro de 2015 e os danos materiais incorridos nos parques. Os valores dos lucros cessantes foram reconhecidos mensalmente até o final do exercício de 2015, conforme previsto na apólice de seguros.

		Consolidado	
		31.12.2016	**31.12.2015**
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Lucros cessantes	-	916
Eólica Cerro Chato V S.A.	Lucros cessantes	-	916
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Lucros cessantes	-	458
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Lucros cessantes	-	1.373
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Danos materiais	-	8.840
Eólica Cerro Chato V S.A.	Danos materiais	-	8.840
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Danos materiais	-	4.405
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Danos materiais	-	13.235
	Lucros cessantes	-	3.663
	Danos materiais	-	35.320
Total		-	38.983

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia assinou o termo de quitação com a Generali Brasil Seguros S.A., referentes ao seguro a receber no montante de R$ 38.983. Tais valores foram integralmente recebidos em 28 de janeiro de 2016, em contas mantidas pelas SPEs com o BNDES, e o montante foi utilizado integralmente para amortização do saldo devedor das SPEs com o banco.

8 Fundos vinculados

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Aplicação Bradesco Referenciado DI - Serviço da dívida	2.086	1.840
Aplicação Bradesco Referenciado DI - O&M	70	63
	2.156	1.903

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Além disto, 100% da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota Explicativa n° 12). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

9 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R$ 594 (R$ 273 em 31 de dezembro de 2015), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

b. Operações financeiras com partes relacionadas

A Companhia possui outras operações financeiras com suas subsidiárias, como segue:

		Controladora	
Parte relacionada	**Natureza**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Despesas a reembolsar	208	302
Eólica Cerro Chato V S.A.	Despesas a reembolsar	27	333
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Despesas a reembolsar	23	117
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Despesas a reembolsar	74	194
Eólica Ibirapuitã S.A.	Despesas a reembolsar	2.643	589
Total de despesas a reembolsar		**2.975**	**1.535**
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Despesas a reembolsar	-	153
Chuí Holding S.A.	Despesas a reembolsar	-	126
Total de outras contas a receber		**-**	**279**
Total do ativo		**2.975**	**1.814**

		Controladora e Consolidado	
Parte relacionada	**Natureza**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Despesas a reembolsar	221	-
Chuí Holding S.A.	Despesas a reembolsar	1	-
Total de despesas a reembolsar		**222**	**-**
Brasil Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações	AFAC	29.028	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	AFAC	220.026	173.860
Total de AFAC		**249.054**	**173.860**
Total passivo		**249.276**	**173.860**

10 Participação em empresas controladas

Em 8 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento de Participações e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

a. Informações financeiras das controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro dos Trindade	Ibirapuitã
31.12.2016					
Participação (%)	100	100	100	100	100
Ativo total	8.373	9.972	18.078	6.729	119.901
Passivo total	25.625	28.566	57.340	19.944	69.883
Patrimônio líquido	(15.555)	(18.056)	(55.601)	(5.195)	96.922
Resultado do exercício	(1.697)	(538)	16.339	(8.020)	(46.904)

b. Movimentação das participações em empresas controladas

	Saldos em 31.12.2015	Equivalência Patrimonial	Integralização de capital	Saldos em 31.12.2016
Ibirapuitã	(37.345)	(46.904)	134.266	50.017
Total - Continuadas	**(37.345)**	**(46.904)**	**134.266**	**50.017**
Eólica Cerro Chato IV S.A.	(23.056)	(1.697)	7.501	(17.252)
Eólica Cerro Chato V S.A.	(25.264)	(538)	7.207	(18.595)
Eólica Cerro Chato VI S.A.	(97.083)	16.339	41.483	(39.261)
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	(10.830)	(8.020)	5.634	(13.216)
Total - Descontinuadas	**(156.233)**	6.084	61.825	(88.324)
Total	**(193.578)**	**(40.820)**	**196.091**	**(38.307)**

c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

	31.12.2015	Adições	Devoluções	Integralização de capital	31.12.2016
Eólica Cerro Chato IV S.A.	2.700	13.039	(62)	(7.501)	8.176
Eólica Cerro Chato V S.A.	1.330	16.147	(98)	(7.207)	10.172
Eólica Cerro Chato VI S.A.	29.198	33.179	(198)	(41.483)	20.696
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	1.561	11.115	(40)	(5.634)	7.002
Eólica Ibirapuitã S.A.	133.179	2.223	(965)	(134.266)	171
	167.968	75.703	(1.363)	(196.091)	46.217

Em 31 de dezembro de 2016, foram quitados os empréstimos das Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade através da integralização de capital de suas acionistas Brasil Plural e Eletrosul Centrais Elétricas S.A

11 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Em serviço				
Geração				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	25.839	25.839
Máquinas e equipamentos	-	-	151.771	154.921
Intangíveis	-	-	476	476
(-) Depreciação acumulada - Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	(1.892)	(1.031)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(9.932)	(3.321)
Sistema de transmissão e conexão				
Máquinas e equipamentos	-	-	15.282	15.282
Intangíveis	-	-	226	226
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(814)	(304)
Administração	-			
Máquinas e equipamentos	130	130	130	130
Móveis e utensílios	23	25	23	23
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(72)	(50)	(72)	(50)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e utensílios	(5)	(3)	(4)	(3)
(-) *Impairment* (c)	-	-	(33.119)	-
Em curso				
Geração				
Máquinas e equipamentos	-	-	-	10
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	101.237	101.362
Material em depósito	-	-	5.642	4.025
A ratear (b)	47	46	55	55
Estudos e projetos	-	-	21	21
(-) Provisão para perda (a)	(74.841)	(74.841)	(101.237)	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão				
Adiantamento a fornecedores (a)	74.841	74.922	-	3
Administração			-	
Móveis e utensílios	3	-	3	3
	126	229	153.635	196.430

a. Adiantamentos a fornecedores

Controladora

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas controladas firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A., tratando dos seguintes assuntos:

- A Wind Power reconheceu a multa por atraso na entrada em operação do Projeto Livramento no valor de R$ 17.077. Foi estabelecida a realização de pagamentos adicionais de até R$ 65.000 para a conclusão do Projeto Livramento. Ficou estabelecido que, em caso de não conclusão do Projeto Livramento em 2014, a Wind Power reembolsaria a Livramento por todos os custos referentes à compra de lastro de energia para cumprimento de suas obrigações contratuais.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R$ 239.974. A Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito da Companhia para R$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

Consolidado

Refere-se aos adiantamentos efetuados ao fornecedor Wind Power Energia S.A., com os quais a Companhia e suas controladas possuem contratos de empreitada integral para implantação dos projetos eólicos.

b. A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos parques eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

c. *Impairment*

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do *impairment*. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O *impairment* está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

d. Principais premissas adotadas

	2016
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	6,17% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAR vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	100% da garantia física

Segue a movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2016:

Em serviço	**Saldo em 31.12.2015**	**Aquisições**	**Depreciação**	**Baixas**	***Impairment***	**Saldos em 31.12.2016**
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.808	-	(861)	-	-	23.947
Máquinas e equipamentos	151.600	-	(6.611)	(3.150)	-	141.839
Intangível	476	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão						
Intangível	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.978	-	(510)	-	-	14.468
Administração						
Máquinas e equipamentos	80	-	(22)	-	-	58
Móveis e utensílios	20	-	(1)	-	-	19
(-) *Impairment*	-	-	-	-	(33.119)	(33.119)
Em curso						
Geração						
Máquinas e equipamentos	10	-	-	(10)	-	-
Adiantamento a fornecedores	101.362	-	-	(125)	-	101.237
Material de depósito	4.025	1.617	-	-	-	5.642
A ratear	55	-	-	-	-	55
Estudos e projetos	21	-	-	-	-	21
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	-	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão						
Adiantamento a fornecedores	3	-	-	(3)	-	-
Administração						
Móveis e utensílios	3	-	-	-	-	3
	196.430	1.617	(8.005)	(3.288)	(33.119)	153.635

Em serviço	Saldo em 31.12.2014	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciação	Capitalização de encargos	Provisões para perdas	Saldos em 31.12.2015
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.140	-	8.345	-	(677)	-	-	24.808
Máquinas e equipamentos	158.024	-	128.421	(132.050)	(2.795)	-	-	151.600
Intangível	142	-	334	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão								
Intangível	226	-	-	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	5.198	-	12.649	(2.637)	(232)	-	-	14.978
Administração								
Máquinas e equipamentos	101	-	-	-	(21)	-	-	80
Móveis e utensílios	20	3	-	-	(3)	-	-	20
(-) *Impairment*	(71.507)	-	-	-	-	-	71.507	-
Em curso								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.621	870	(9.287)	(1.204)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	24.300	53.380	(77.373)	(297)	-	-	-	10
Adiantamento a fornecedores	110.797	24.995	(34.430)	-	-	-	-	101.362
Material de depósito	-	2.817	1.208	-	-	-	-	4.025
A ratear	12.425	1.003	(14.767)	(886)	-	2.280		55
Estudos e projetos	101	41	(121)	-	-	-	-	21
(-) Provisão para perda	(94.668)	-	-	-	-	-	(6.569)	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão								
Intangível	326	-	(321)	(5)	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.179	232	(5.411)	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.949	(2.344)	(3.882)	(2.723)	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	3.822	954	(4.720)	(53)	-	-	-	3
A ratear	26	-	(26)	-	-	-	-	-
Administração								
Móveis e utensílios	-	3	-	-	-	-	-	3
A ratear	584	35	(619)	-	-	-	-	-
	190.806	81.989	-	(139.855)	(3.728)	2.280	64.938	196.430

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

12 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
BNDES - Principal	45.158	158.109
BNDES - Encargos	158	553
BNDES - Custos de captação	(381)	(1.599)
	44.935	157.063
Circulante	3.522	112.964
Não circulante	41.413	44.099

A composição dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Circulante		
Saldo início do exercício	112.964	10.730
Transferências do não circulante	3.293	116.945
Encargos	8.955	-
Amortização do custo de captação do empréstimo	1.217	91
Amortização da dívida através do saldo a receber do seguro (a)	(38.983)	-
Amortização da dívida através de AFAC (b)	(47.780)	-
Amortizações (juros e principal)	(36.144)	(14.802)
Saldo no final do exercício	3.522	112.964
Não circulante		
Saldo início do exercício	44.099	148.388
Encargos	607	12.929
Custo de captação do empréstimo	-	(273)
Transferências para o circulante	(3.293)	(116.945)
Saldo no final do exercício	41.413	44.099
	44.935	157.063

(a) Conforme descrito na Nota Explicativa n° 7.
(b) Pagamento efetuado diretamente pelo acionista Brasil Plural ao BNDES, através de integralização de AFAC.

Em 23 de novembro de 2012, o BNDES aprovou uma linha de financiamento no montante de R$ 187.638 em benefício da Companhia, destinada à implantação dos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades e Eólica Ibirapuitã. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia captado o montante total de R$ 151.236 (R$ 149.783 líquidos dos custos de captação).

Em dezembro de 2016, o financiamento nos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades foram liquidados através de aporte de capital dos acionistas.

Condições contratadas

Juros: TJLP + 2,18% a.a. (O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Amortização: principal e juros - mensais a partir de julho de 2014.

b. Garantias

(a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos.

(b) Totalidade das ações representativas do capital social das controladas.

(c) Recebíveis e conta reserva.

Compromisso contratual (covenant)

O *covenant* do financiamento é exigido somente após o início do prazo de amortização e corresponderá à apuração de um "Índice de cobertura do serviço da dívida" ≥ 1,3 ao final do exercício, os quais não foram atendidos em 31 de dezembro de 2016. A Companhia solicitou waiver para o BNDES, o qual será respondido juntamente com a solicitação de renegociação da dívida.

13 Fornecedores

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Encargos do Uso de Transmissão - TUSD	126	324
KPMG Auditores Independentes	-	27
ABB Ltda.	-	3
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	214	120
Dressler Associados Contabilidade e Finanças	157	30
Delta Comercializadora de Energia	13	12
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	14.176	1
Provisão de compra de energia	-	239
Silvio Pino Valente	15	25
Solfin Investimentos Ltda.	-	24
Fundação de apoio à Universidade Federal	-	14
Outros	144	95
Total do circulante	14.845	914
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	5.118	-
Total do não circulante	5.118	-

14 Ações preferenciais resgatáveis

Corresponde a 109.000.000 (mesmo valor em 2015) de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 25 de junho de 2013, 4 de dezembro de 2013, 17 de fevereiro de 2014 e 26 de maio de 2014. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações preferenciais conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Como tais ações não possuem prazo para resgate, estas estão classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a remuneração dessas ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento em que a Companhia gerar lucros. A apresentação desse instrumento está de acordo com o previsto no CPC 39, que define a apresentação de ações preferenciais com as referidas características como passivo financeiro.

Tais ações não possuem prazo de vencimento, ou seja, podem ser resgatadas a qualquer momento pelos seus portadores, por isso, até 2015, tais ações estavam classificadas no passivo financeiro. Em 2016, a Companhia obteve com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (proprietária de 100% das ações preferenciais) uma formalização de que essas ações não serão resgatadas durante o exercício de 2017. Dessa forma, estas foram classificadas no passivo não circulante.

15 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o exercício foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos exercícios subsequentes. Os desvio negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância, acima de 90%, de geração serão ressarcimentos do final do primeiro quadriênio.

	31.12.2016	31.12.2015
Faturamento sazonal	11.095	10.148
Geração de energia	(10.263)	(6.192)
Ressarcimento liquido (a)	**832**	**3.956**
(+) Variação do PLD (b)	1.261	43.455
Ressarcimento bruto (a + b)	**2.093**	**47.411**
Circulante		
Saldo início do exercício	**43.340**	**24.026**
Geração reduzida (abaixo de 10%)	-	19.314
Ajustes (c)	1.057	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	(253)	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	8.361	-
Saldo no final do exercício	**52.505**	**43.340**
Não circulante		
Saldo início do exercício	**45.141**	**17.044**
Geração reduzida (acima de 10%)	2.093	28.097
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	(2.168)	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	(21.020)	-
Saldo no final do exercício	**24.046**	**45.141**

(a) Diferença entre o contrato e a geração, com o mesmo preço. Registrado no resultado como redutora da receita
(b) Diferença apontada no item (a) calculada pelo maior preço entre o RFU (Receita Fixa Unitária) e o PLD.
(c) Ajuste do ressarcimento, lançado erroneamente em 2015 como Multa e Lastro regulatório - CCEE.
(d) Ajuste do ressarcimento de 2015 conforme PLD quadrienal atualizado.

16 Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Meio ambiente	12	12
Gerenciamento	456	106
LT+SE	-	220
Equipamentos importados	-	113
Engenharia do proprietário	-	352
Obras civis	-	22
Materiais	-	172
Serviços	-	66
Instalações e montagens	-	199
Aerogeradores (Weg Equipamentos Elétricos S.A.)	443	14.249
	911	15.511

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

	31.12.2016 e 31.12.2015		
	Ações	**%**	**Valor**
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	64.659.965	49%	64.660
Fundação Eletrosul - ELOS	13.195.911	10%	13.196
Rio Bravo Energia I	54.103.236	41%	54.103
	131.959.112	100%	131.959

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as 131.959.112 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no País. Além das ações ordinárias, a Companhia possui 109.000.000 ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme Nota Explicativa nº 14.

Segue quadro com as informações consolidadas:

	Consolidado e Controladora				
	PL	**%**	**Ações resgatáveis**	**%**	**Total**
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	64.660	49%	61.900	56,8%	126.570
ELOS	13.196	10%	2.400	2,2%	15.596
Fundo de Inv Privado Rio Bravo	54.103	41%	44.690	41%	98.793
	131.959	100,00%	60.000	100,00%	240.959

Conforme Estatuto Social, o capital autorizado da Companhia é de R$ 161.959 e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do capital social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações, de acordo com ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Receita operacional bruta		
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	213	1.462
Receita de venda de energia	11.095	4.441
Receita de venda de energia - Contrato CCEAR	478	-
Receita de venda de energia - ano 2015	3	-
Receita de venda de energia - RN n° 595 (a)	-	4.202
(-) Ressarcimento por geração excedida/reduzida - CCEAR (b)	-	(44)
Reversão do ressarcimento por geração reduzida	(832)	509
Deduções da receita bruta		
PIS	(202)	(148)
COFINS	(931)	(683)
Taxa de fiscalização ANEEL	(86)	-
	9.738	9.739

(a) A Resolução Normativa n° 595, de 17 de dezembro de 2013, estabelece as condições para contratação de energia elétrica em caso de atraso do início da operação comercial de unidade geradora ou empreendimento de importação de energia. Com base nas previsões desta normativa, a Companhia constitui um passivo a ser liquidado no exercício subsequente. Com base nas premissas estabelecidas por tal resolução, a Companhia provisionou as obrigações geradas em decorrência da postergação da entrada em operação das usinas.

19 Custos de operação

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Serviços de terceiros	(1.079)	(974)
Compra de energia elétrica para revenda	(176)	(18.754)
(-) Crédito de PIS/COFINS - Compra de energia	1	1.591
Encargos de uso da rede elétrica - TUSD	(1.335)	(1.180)
(-) Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	2.421	-
(-) Crédito de PIS/COFINS - TUSD	134	108
(-) Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR (Nota 17.b)	(1.261)	-
Depreciação	(6.494)	(2.165)
Pessoal e administradores	(746)	-
Seguros	-	-
Outros	(488)	(159)
	(9.023)	(21.533)

20 Serviços de terceiros - Despesas operacionais

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Serviços administrativos, contábeis e financeiros	(463)	(101)
Serviços de auditoria	(122)	(52)
Assessoria Jurídica	(141)	(154)
Serviços de custódia	(4)	(1)
Serviços de assessoria	(90)	(88)
Despesas de viagens	(13)	(7)
Telefone e Internet	(18)	(4)
Passagens	(32)	(17)
Despesas com cartório	(44)	(2)
Publicações legais	(55)	(12)
Outros	(80)	(8)
	(1.062)	(446)

21 Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Despesas indedutíveis (a)	(186)	-
Recuperação de despesas	10	-
Tributos	(20)	(10)
Outros	-	4
	(196)	(6)

(a) Pagamentos de adiantamentos ao longo da construção da obra. Estes foram baixados como despesas indedutíveis devido à falta de documento fiscal.

22 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Receita de multa e juros	1	-	250	10
Rendimentos de aplicação financeira	-	13	1	349
Receitas financeiras	1	13	251	359
Multa contratual CCEE (a)		-	(7.990)	(6.110)
Despesas bancárias	(19)	-	(51)	(21)
Multa s/ financiamento BNDES	-	-	-	(277)
IOF	-	-	-	(1)
Juros e multas de mora	(1)	-	(80)	(72)
Encargos s/ financiamento	(46)	-	(4.394)	(10.650)
Despesas com financiamento	-	-	(268)	(720)
Tarifa - Prestação de fiança	-	-	(2)	(18)
Outros	-	-	-	(55)
Despesas financeiras	(66)	-	(12.785)	(17.924)
	(65)	13	(12.534)	(17.565)

(a) Multa referente à descontinuidade dos parques Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, prevista nos contratos de CCEAR.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	75	-	55	-
Outras contas a receber	-	-	471	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	181	-	104
Outras contas a pagar	-	101	-	101
Ações preferenciais resgatáveis	-	109.000	-	109.000

	Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	748	-	2.389	-
Fundos vinculados	2.156	-	1.903	-
Contas a receber de clientes	1.895	-	1.724	-
Outras contas a receber	29	-	847	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	44.935	-	157.063
Fornecedores	-	19.963	-	914
Outras contas a pagar	-	321	-	101
Ações preferenciais regatáveis	-	109.000	-	109.000

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas e representam seu valor justo, como segue:

- **Outras contas a receber e fornecedores -** Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como valor justo, devido à proximidade dos valores.

- **Empréstimos e financiamentos -** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Essa definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

(iii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2016 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2016. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Moedas e índices	**Taxa 2017**	**Cenário possível Δ 25%**	**Cenário remoto Δ 50%**
CDI	9,38%	11,73	14,07
TJLP	7,40%	9,25	11,10

			Consolidado	
	Saldo em 31.12.2016	**Exposição**	**Cenário possível (25%)**	**Cenário remoto (50%)**
Ativo			2.409	2.459
Fundos vinculados	2.156	CDI		

			Consolidado	
	Saldo em 31.12.2016	**Exposição**	**Cenário possível (25%)**	**Cenário remoto (50%)**
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	44.935	TJLP	49.091	49.923

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota Explicativa nº 12.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

24 Contratos de longo prazo

Venda de energia (CCEAR)

As Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico Ibirapuitã comercializaram, no Leilão A-3 de 2011, um total de 9,6 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no ACR de março de 2014 até fevereiro de 2034, a um preço de R$ 96,49, com data-base em agosto de 2011.

25 Contingências

Em 2016, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam em esferas judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco remoto de materialização.

a. Excludente de responsabilidade

Em 24 de fevereiro de 2016, as Eólicas Cerro Chato IV, V, VI e Cerro dos Trindade, fundamentadas na ocorrência de caso fortuito e força maior, entraram com ação judicial para pleitear na justiça o reconhecimento de excludente de responsabilidade e onerosidade excessiva das obrigações contraídas pelas Autoras nos CCEARs, CUST e CCTs, buscando, assim, a rescisão desses contratos, sem aplicação de penalidade ou sanção alguma, e com manutenção das suas outorgas.

Na mesma ação, as Eólicas pediram antecipação de tutela objetivando provimento judicial para determinar que: (i) fossem suspensas todas as obrigações das Autoras no âmbito dos CCEAR; (ii) fossem suspensos os efeitos referentes à contabilização da energia não produzida pelas Autoras desde 20 de dezembro de 2014; (iii) a ANEEL e a CCEE se abstivessem de aplicar qualquer penalidade às Autoras em decorrência da apuração de eventuais débitos no mercado de curto prazo da CCEE ou da necessidade de contratação de lastro para suprimento da energia comercializada pelas Autoras nos CCEAR; (iv) fossem suspensas as obrigações contraídas pelas Autoras nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, todos celebrados entre as Autoras e o ONS, em especial no que se refere à obrigação de pagamento do montante de uso acordado em citados contratos; (v) com o reconhecimento da suspensão dos CUSTs/CCT, seja determinado de imediato ao ONS que se abstenha de executar as garantias de pagamento fornecidas no âmbito dos CUSTs nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013; (vi) fossem suspensos os procedimentos de desligamento das Autoras da CCEE.

Devido à premência dos prejuízos noticiados que poderiam advir do desligamento do Sistema de energia elétrica, o Juiz designado para o caso deferiu a tutela preventiva, até que o feito possa ser melhor analisado, suspendendo cautelarmente qualquer penalidade às Autoras, inclusive o processo de desligamento no Sistema Integrado Nacional, até ulterior deliberação do Juízo, e após a manifestação dos Réus.

b. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN n° 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras de 2016.

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Juros capitalizados (a)	-	-	-	2.280
Adições ao imobilizado (b)	-	-	-	14.582
Provisões passivas (c)	-	14.600	-	139.695
Amortização da dívida através de AFAC (Nota 12)	47.780	47.780	-	-
Integralização de capital através de AFAC (d)	196.091	-	-	-

(a) Efeito não caixa decorrente de imobilização de juros.

(b) Efeito não caixa decorrente das adições de imobilizado não liquidadas.

(c) Baixa das provisões passivas através das notas fiscais recebidas do fornecedor. Saldo foi registrado em "fornecedores a pagar".

(d) Integralização de capital em controladas através de AFAC já existente.

27 Operações descontinuadas

Em dezembro de 2015, o Grupo baixou do imobilizado os ativos de geração ligados aos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, descontinuando a operação destes após a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.373 de 2 de outubro de 2015, suspender temporariamente a operação comercial desses empreendimentos.

Nesse contexto, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, o Grupo apresentou seus registros financeiros e contábeis considerando um cenário no qual manterá o parque eólico Ibirapuitã como operacional e descontinuará a operação dos demais. Conforme o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas.

a. Resultado líquido de operações descontinuadas

	Consolidado	
	31.12.2016	**31.12.2015**
Receita operacional líquida	(58)	583
Custo da operação		
Energia elétrica comprada para revenda	-	(6.567)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	-	(43.312)
Serviços de terceiros	(748)	(2.821)
Encargos do uso da rede elétrica	(652)	(2.367)
Depreciação	(1.487)	(1.539)
(-) Reversão da provisão para atendimento do contrato CCEAR (a)	12.659	-
Outros	(281)	(499)
Multa e lastro regulatório - CEEE	(44)	(4.171)
Resultado bruto	9.389	(60.693)
Despesas operacionais e financeiras		
Pessoal e administradores	-	(441)
Serviços de terceiros	(19)	(922)
Arrendamentos e aluguéis	-	(33)
Material	(3)	(1)
Indenizações de seguros recebidos	3.900	-
Impairment	-	7.438
Perdas sobre desativações - Equipamentos obsoletos e sinistro	-	(104.375)
Despesas indedutíveis	(140)	-
Perdas s/ impostos a recuperar	(475)	-
Provisão para perda	-	(6.408)
Outros	(42)	(34)
Outras receitas/despesas operacionais	-	3.676
Encargos s/ financiamento	(5.168)	-
Despesas com financiamento	(1.411)	
Despesas financeiras	(76)	-
Receitas financeiras	129	-
	(3.305)	(101.100)
	6.084	(161.793)

(a) Após divulgação pela CCEE de relatório de ressarcimento, em março de 2016, verificamos que, no cenário mais conservador, em que as demandas judiciais de reconhecimento de caso fortuito e força maior para a inoperância dos parques eólicos descontinuados não prosperam, o reconhecimento da obrigação de ressarcimento por geração reduzida, pela CCEE, encerrar-se-á retroativamente em outubro de 2015, quando houve o Despacho ANEEL de interrupção da operação comercial, interrompendo também o crescimento dessa obrigação passiva a partir de então. Assim, a partir da divulgação desse relatório de ressarcimento pela CCEE, fizemos o estorno do passivo anteriormente reconhecido entre outubro e dezembro de 2015.